



**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIEL VIANA DE MELO ANDRADE LYRA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL HOLANDÊS A PARTIR DA
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E DA MEMÓRIA DO SOLDADO
POLONÊS KRZYSZTOF ARCISZEWSKI**

RECIFE

2023

GABRIEL VIANA DE MELO ANDRADE LYRA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL HOLANDÊS A PARTIR DA
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E DA MEMÓRIA DO SOLDADO
POLONÊS KRZYSZTOF ARCISZEWSKI**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Relações Internacionais, sob orientação
do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti
Soares**

RECIFE

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

L992r Lyra, Gabriel Viana de Melo Andrade.
As Relações Internacionais no Brasil Holandês a partir da
Companhia das Índias Ocidentais e da memória do soldado Polonês
Krzystof Arciszewski / Gabriel Viana de Melo Andrade Lyra. –
Recife, 2023.

44 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Teoria-Mundo. 2. Brasil-Holandês. 3. Krzystof Arciszewski. 4.
Companhia das Índias Ocidentais. I. Soares, Pedro Gustavo
Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2023.2-007)

GABRIEL VIANA DE MELO ANDRADE LYRA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL HOLANDÊS A PARTIR DA
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E DA MEMÓRIA DO SOLDADO
POLONÊS KRZYSZTOF ARCISZEWSKI**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Relações Internacionais, sob orientação
do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti
Soares**

Aprovado em: _____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

(Nome, titulação e instituição)

(Nome, titulação e instituição)

(Nome, titulação e instituição - Orientador)

Dedico este trabalho em especial ao meu pai, que mesmo sob quaisquer adversidades me ensinou a nunca desistir, mesmo quando queremos. Aos meus professores que sempre me apoiaram e me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial meus pais, pelo apoio, paciência, amor e empenho na missão de formar filhos cidadãos prontos para vida adulta. Agradeço ao meu orientador, Pedro Soares, por toda dedicação e empenho, mas acima de tudo pela disposição e cordialidade frente aos seus alunos. Aos meus amigos, mas em especial os do grupo LAB: Matheus Vinícius, Leonardo Alencar, Nivaldo Sergio, Bianca Maciel e Romero Cavalcanti. A minha namorada, Lorena Montenegro, por toda paciência e apoio. E a todas as outras pessoas que me incentivaram durante esse árduo caminho. Meu mais sincero obrigado.

"Na gestão dos destinos, é na tolerância e na compreensão que se forjam as bases da grandeza." - Inspirado no legado de Maurício de Nassau.

RESUMO

Focado na história do chamado Brasil-Holandês, o presente trabalho aborda as nuances da permanência, ou melhor, estadia, da Companhia das Índias Ocidentais e de seu funcionário, Krzysztof Arciszewski no território brasileiro. Busca demonstrar a importância de ambos não só para a história, mas também para as relações internacionais do período. Nesse sentido, cabe-nos esclarecer os impactos e influências da invasão neerlandesa ao Nordeste do Brasil, de forma a analisar os escritos do período. Para isso, foi primordial a construção de um sólido arcabouço teórico. Primeiramente, foram apresentados os precursores do pensamento da Teoria Mundo das Relações Internacionais, que formularam as bases para tal corrente de ideia. Posteriormente, foi apresentado um enfoque na criação, formação, atuação e política da Companhia das Índias Ocidentais no território brasileiro. Depois de construirmos as bases para tais pensamentos, partimos para a análise das cartas criadas por Arciszewski e a identificação de pontos em congruência das relações internacionais.

Palavras-Chave: teoria-Mundo; Brasil-Holandês; Krzysztof Arciszewski; Companhia das Índias Ocidentais;

ABSTRACT

Focused on the history of the so-called Dutch Brazil, this present work addresses the nuances of the stay, or rather, residence, of the West India Company and its employee, Krzysztof Arciszewski, in Brazilian territory. It seeks to demonstrate the significance of both not only for history but also for the international relations of the period. In this sense, it is incumbent upon us to clarify the impacts and influences of the Dutch invasion in Northeast Brazil, in order to critically analyze the writings of the period. For this, the construction of a solid theoretical framework was paramount. Firstly, the precursors of the World-System Theory in International Relations were presented, laying the foundations for this line of thought. Subsequently, there was a focus on the creation, formation, actions, and policies of the West India Company in Brazilian territory. After laying the groundwork for these thoughts, we proceeded to analyze the letters written by Arciszewski and identify points of congruence in international relations.

Keywords: world-system theory; Dutch Brazil; Krzysztof Arciszewski; West India Company.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A teoria mundo nas relações internacionais:	11
2.1	Conceitos chaves:	11
2.2	Precursosores - Fernand Braudel e Giovanni Arrighi:.....	11
2.3	Teoria Mundo de Immanuel Wallerstein.....	15
3	A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E A SUA ATUAÇÃO NO BRASIL	19
3.1	História da Companhia das Índias Ocidentais;	19
3.1.1	Fundação e Objetivos:	19
3.2	A Presença da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil;.....	21
3.2.1	Nordeste Brasileiro - Invasão à Bahia e Pernambuco:	21
3.2.2	Conflitos e consequências locais (1630-1637):	24
3.3	Legados da Companhia das índias Ocidentais no Brasil	25
3.3.1	Governo Nassau e as Relações Internacionais;.....	25
3.3.2	Fim da era Holandesa no Brasil (1637-1654);.....	28
4	Brasil-Holandes sob a visão de Krzysztof Arciszewski.	29
4.1	Construção da figura Krzysztof Arciszewski;	29
4.1.1	Quem foi Arciszewski?.....	29
4.2	Arciszewski - o novo membro da Companhia das Índias Ocidentais.	30
4.2.1	Vindas ao Brasil;	30
4.2.2	Conflitos e relações diplomáticas	32
4.3	Visão de Krzysztof Arciszewski sobre as Relações Brasil-Holanda;.....	34
4.3.1	Contribuições para o entendimento das dinâmicas do período;.....	34
4.3.2	Legado no Brasil - O papel de Arciszewski na análise eventos;	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Com este trabalho, se buscará analisar historicamente o papel e o desenvolvimento do Brasil colonial sob as lentes do soldado da Companhia das Índias Ocidentais - Krzysztof Arciszewski. Importante nos situarmos historicamente falando, o século em questão é o século XVII (17) - neste período histórico, o continente europeu passava por uma série de transformações, principalmente no que toca Espanha e Portugal, que se tornaram por um período aproximado de 60 anos, a União Ibérica.

Pensando através da união das duas nações grande parte do cenário mundial sofreu alterações, especialmente no que toca às colônias. O Brasil por se tratar da maior colônia de Portugal, não foi diferente, o que antes era dividido pelo Tratado de Tordesilhas, passa a não ter mais divisão. Dessa forma, a expansão territorial das capitanias hereditárias portuguesas foi acelerada, permitindo a entrada dos colonos nos territórios mais ao interior, onde hoje, destacadamente, é o Sertão.

Entretanto, nem todas as mudanças foram positivas para a colônia Luso-hispânica, na época em questão, houve um enfraquecimento das forças de combate coloniais. Prova disso, são as constantes invasões das colônias europeias ao território onde hoje é o Brasil. Os Países Baixos são os que ganham mais destaque nesse processo, invadiram o nordeste brasileiro em busca do controle do comércio açucareiro.

A primeira invasão de destaque dos povos “Neerlandeses” ocorreu na Bahia, na então capital do Brasil, Salvador, onde foi considerada falha. Entretanto, o sucesso holandês em território brasileiro veio na anterior Capitania da Nova Lusitânia, posteriormente conhecida como Capitania de Pernambuco. A comando da chamada Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa privada (autorizada pelo governo holandês) com intuito de explorar o capital nos continentes Africanos e Americanos, invadiu o principal pólo econômico colonial, a cidade de Olinda.

Durante um período de 24 anos, os holandeses ficaram em território brasileiro, e assumiram o controle do açúcar na região. Neste meio-tempo uma série de nomes vieram à tona, o de mais destaque é o do militar e conde Maurício de Nassau. Contudo, outro nome pouco falado, mas de importância mesma, é do soldado polonês Krzysztof Arciszewski, que esteve em território brasileiro antes mesmo que Maurício de Nassau.

O trabalho busca explorar as experiências de uma peça, a princípio, coadjuvante, e investigar através de uma perspectiva histórica até então desconhecida, o funcionamento do

nordeste brasileiro sob o comando dos Países Baixos, e a posição onde passa a ocupar o povo “neerlandês” no cenário mundial.

Além disso, analisando, sob uma ótica internacionalista, podemos, também, ir além de fatores históricos. Arciszewski ajuda a evidenciar como a Companhia das Índias Ocidentais foi importante para a consolidação da Holanda como potência econômica do século XVII; mas também, provar como uma empresa de capital privado conseguiu representar, em nome de um país, sua estratégia exploratória sob a periferia global em própria benece.

Através de uma metodologia qualitativa de análise de conteúdos, se buscará, sob a ótica da teoria sistema-mundo - investigar o período histórico retratado, e entender como o “Brasil-Holandês” se torna um marco para o campo das Relações Internacionais.

2 A teoria mundo nas relações internacionais:

2.1 Conceitos chaves:

A teoria mundo vem a se desenvolver a partir de uma análise do sistema internacional dividido sob uma ótica histórica do capitalismo (Morais, 2008).

Partindo deste pressuposto, autores como Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Fernand Braudel se dedicaram a estudar sobre os ciclos hegemônicos nas nações sob diferentes perspectivas, isto é, as motivações que levam alguns Estados a assumirem o posto de *hegemon*, e, posteriormente, por consequência, vir a perdê-lo.

Entretanto, anterior à discussão de ciclos de poder entre os países, duas discussões vêm à tona para analisarmos o tema referido: A gênese do Estado-Nação moderno - Isto é, próximo ao que vivemos atualmente; e o sistema econômico mundial.

Introdutoriamente, a criação do Estado-Nação assim como é nos dias de hoje, tem uma data específica para sua formação, em meados do século XVII, mais especificamente no ano de 1648 surge a Paz de Westphalia, um grande marco para as relações internacionais, mas também para a ciência política moderna. Após tal período histórico, a interpretação das ordens mundiais e Estados-nações se diferencia dos séculos antecedentes (Castro, 2012).

Outro ponto a ser ressaltado é o sistema econômico em que vivemos - o Capitalismo - A origem deste insere-se num contexto de ruptura, ou colapso do modelo feudal, herdado pela Idade Média (Wallerstein, 1976).

A partir dos pontos acima mencionados, podemos compreender primariamente quais foram as motivações dos autores em estudar o novo modelo de sistema internacional, mas também, acima de tudo, observar padrões históricos que vem a se repetir continuamente desde a sua fundação e que nos ajudam a elucidar o tema que aqui será abordado.

2.2 Precusores - Fernand Braudel e Giovanni Arrighi:

Apesar de não se tratar da teoria principal para o entendimento do tema pesquisado, é primordial falarmos de outros autores/precusores do pensamento de Immanuel Wallerstein: Arrighi e Braudel. Estes, possibilitam uma maior compreensão de como as dinâmicas do poder global ajudam a compreender a teoria-mundo “wallersteiniana”.

Anterior a análise, o correto entendimento de conceitos é primordial, entendermos o que a hegemonia em si; o que é ser uma nação hegemônica. Para Arrighi, hegemonia nada mais é que um Estado com a plena capacidade influenciar os interesses gerais e ser

correspondido pelos outros (Arrighi, 2007) - Ou, segundo Mendes (2020):

[...] à capacidade de um estado exercer funções de liderança e governo sobre o sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. Esse poder é algo maior e diferente da "dominação" pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da "liberdade intelectual e moral". Portanto, as hegemonias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não for o único objetivo da ação estatal.

Ou seja, a partir da conceituação do que é, e do que se trata um ator hegemônico, Arrighi busca analisar o que o leva a tal, isto é, que fatores passam a ser influentes para a ascensão de uma nação em detrimento a outra.

Porém, precedendo os conceitos de hegemonia, uma outra análise vem à tona, especialmente sob a tutela do francês, Fernand Braudel, que destaca a importância de fatores capitalistas no desenvolvimento, e posterior, hierarquização das nações. Apesar do período retratado em seus escritos ser anterior a Westphalia, Braudel destaca que o desenvolvimento capitalista veio a surgir sob a dependência do Estado (Mendes, 2020). Além deste ponto, contudo, Braudel não se dedica a estudar única e exclusivamente sobre o capitalismo e o sistema interligado que existia - o principal ponto de sua análise vem da importância da interligação entre os valores geográficos e históricos na formação de nações poderosas (Ribeiro, 2014).

Assim dizendo, segundo Ribeiro (2014), a abordagem braudeliana traz uma visão plural da temporalidade, em que é primordial para analisarmos a formação do sistema internacional, ter o conhecimento e interconexão entre o tempo, o espaço e a ação humana, no decorrer do tempo. Um dos estudos mais famosos feitos pelo francês foi um estudo de caso, se assim podemos afirmar, sobre o Mediterrâneo.

Em “La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II”, Braudel se dedica a fazer seu projeto piloto, por assim dizer - apresenta uma abordagem inovadora à escrita, que diferentemente das abordagens tradicionais - busca uma análise mais holística, profunda e interdisciplinar do passado, em que as complexas relações históricas, culturais, econômicas e sociais, poderiam ser uma via mais ampla e precisa para o estudo (RIBEIRO, 2014).

A região do Mediterrâneo, para Braudel, era uma ambiente multicultural e diverso que não havia, apenas o comércio do mar mediterrâneo como horizonte de análise, o que havia era um “quadro” multifacetado que interligava diversas civilizações - era muito mais que um espaço geográfico - interligava complexidades históricas, culturais, sociais, econômicas, etc -

era um sistema interligado e com poder de influência que se expandia ao longo do tempo. Ao fazer tal interligação, Braudel ia contra as correntes e abordagens tradicionais, que costumeiramente tratavam a história como um vácuo simplista, isto é, que é passível de ocorrer em qualquer lugar. Para o autor, as circunstâncias geográficas e físicas, e não apenas, os grandes eventos históricos, seriam capazes de moldar o comportamento e vida das pessoas que ali viviam e conviviam, e desempenha um papel fundamental na história mundial. (Ribeiro, 2014).

Entretanto, não podemos desconsiderar a importância da geografia, Braudel, 2002 (apud RIBEIRO, 2014) afirma que, “a geografia deixa de ser um fim em si para converter-se em um meio, ajudando a recriar as mais lentas das realidades estruturais, a ver tudo em uma perspectiva segundo o ponto de vista da duração mais longa e a descobrir o movimento quase imperceptível da história”. Em suma, eventos históricos acabam por “reduzir” a importância de uma série de fatores históricos de longa e média duração (conjunturais).

Tais afirmações do pensamento “braudeliano” ajudam a firmar sua tese dos estratos temporais e sua devida importância na análise de uma nação. Todavia, serviu também de base para os pensamentos de Giovanni Arrighi, mas também para Immanuel Wallerstein.

Arrighi, em soma com os conceitos de Braudel, apresentam uma longa contribuição para os pensamentos “wallersteinianos”, sua principal versa sobre o sistema internacional e os ciclos de sucessão de poder que o versam, os ciclos hegemônicos. Através de uma interpretação mais ampla e aprofundada dos conceitos braudelianos, Arrighi observa que no sistema internacional - assim como foi observado no Mediterrâneo, de Braudel (resguardando as devidas proporções) - há uma expansão sistêmica. Para o autor, a expansão mais significativa do ciclo de contração e retração, é a expansão financeira, na interpretação de Mendes, 2020 do livro “O longo século XX”:

[...] a dinâmica desses ciclos, está implícita uma caracterização braudeliiana da “expansão financeira” como sintoma de maturidade de determinado desenvolvimento capitalista. [...] Isso pode ser observado em síntese quando Braudel sugere a retirada dos holandeses do comércio em meados do século XVIII, para se transformarem em “banqueiros da Europa”.

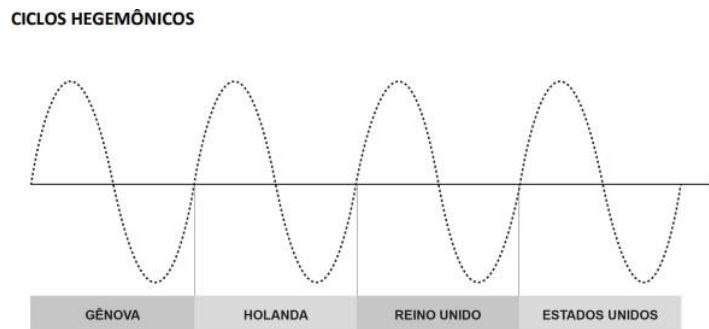
Tomando como ponto de partida o que foi afirmado, primeiramente podemos notar que há uma grande influência dos pensamentos braudelianos, mas também, de uma análise capitalista como elemento presente na sociedade e determinante para as relações internacionais. Tal movimento expansivo foi observado, também, na Europa em meados do século XVIII, com a Holanda - principal ator hegemônico do período retratado - que passa a não “priorizar” o mercado/comércio internacional e se transforma nos “banqueiros da Europa” (Mendes, 2020).

O movimento supracitado faz parte do que Arrighi chama de sistemas de acumulação, mais precisamente da segunda fase de tal teoria. Em outras palavras, para o autor tal processo se divide em duas partes, segundo Mendes, 2020:

A primeira, de expansão material em que o capital monetário é "colocado em movimento" para transformar produtos da natureza em mercadoria e efetuar transações comerciais. A segunda, de acumulação financeira em que uma massa crescente de capital monetário "se liberta" de sua forma de mercadoria, e a acumulação prossegue mediante acordos financeiros.

Em suma, apesar de tal movimento de crescimento ser constante, ele também precede uma queda, isto é, uma crise hegemônica. Para Arrighi, este fenômeno de contração e retração foi observado de forma semelhante em diferentes momentos históricos (desconsiderando os contextos), cronologicamente em Gênova, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos.

Figura 1: Ciclos hegemônicos



Fonte: Mendes, 2020 - Construção própria.

A figura acima retratada ajuda a perceber de que forma os ciclos hegemônicos associados às expansões sistêmicas funcionam. Assim como falado anteriormente, conseguimos perceber que após um período expansionista, um de queda o sucede, e posteriormente outra nação assume tal posto.

De forma exemplificada, podemos retratar a partir dos estudos “arrighianos” a Holanda como ator hegemônico, ou melhor, as Províncias Unidas dos Países Baixos. O hoje país do ocidente europeu, se tornou um dos maiores polos de toda Europa, não só pelo forte comércio de embarcações que lá era encontrado, mas também pela grande força exploratória e colonial que os Holandeses assumiram (Mendes, 2020). Segundo Lobato e Amin (2015):

O capitalismo holandês se pautou na liquidez causada pelo controle dos suprimentos no Báltico, pelo arrocho invertido imposto à Espanha e, um pouco mais tarde, pela criação da Bolsa de Valores de Amsterdã, que mobilizou e direcionou o capital excedente de toda a Europa para a Holanda. Outra estratégia

holandesa foi a fundação de companhias de navegação, entre as quais se destacou a VOC¹, que funcionou como verdadeiro instrumento de expansão das redes comerciais e financeiras holandesas para o mundo inteiro. Esse fato, em particular, possibilitou a centralização do comércio das altas finanças mundiais em Amsterdã e igualmente acesso privilegiado a mercados lucrativos.

Após a consolidação econômica dentro da Europa, os Holandeses seguiram para criar uma forte ligação com nações vizinhas e, desta forma, criar uma união que pudesse pôr fim nos modelos feudais que ainda permeavam o continente. Os neerlandeses, ainda “amarrados” pelo processo de independência frente a Espanha, conseguiram solucionar uma série de conflitos de forma diplomática - o mais relevante, por assim dizer, foi a cooperação frente a Guerra dos 30 anos - e consolidar seu papel de nação líder e hegemônica (Mendes, 2020).

2.3 Teoria Mundo de Immanuel Wallerstein

Tomando como partida todos os conceitos acima mencionados, o autor norte-americano, Immanuel Wallerstein, elabora sua própria teoria, popularmente conhecida como Teoria Mundo, ou Sistema-Mundo. Para o autor, diferentemente da forma abordada por Arrighi e Braudel, Wallerstein pensa o sistema, ou os sistemas em que vivemos como sistemas vivos (Wallerstein, 2012).

Em partes, podemos afirmar que Arrighi apresenta um alto grau de relevância para a abordagem do norte-americano. Entretanto, é necessário reiterar que não pensam da mesma forma em todos os pontos, isto pois Wallerstein observa os ciclos de hegemonia e transição de poder de forma diferente, isto é, sob uma perspectiva alternativa. Na visão do autor, não devemos analisar a hegemonia das nações sob um único viés, mas sim sob as diversas perspectivas que constituem um sistema integrado. Partindo deste pressuposto acima mencionado, primeiramente devemos entender o que seria a Teoria Mundo, ou como também é chamada Sistema-Mundo. Segundo Wallerstein:

Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem outros (Wallerstein, 1974, p. 337).

¹ Verenigde Oost-Indische Compagnie - Companhia das Índias Orientais

Tomando como ponto de partida a ideia dos sistemas vivos, é notável perceber que, assim como qualquer forma de vida, os sistemas têm suas fases - sua gênese, vivência e morte - e, analogicamente, em cada uma destas fases passamos por ritmos cíclicos, que segundo Wallerstein, 2012, p. 16: “são formados por oscilações sistêmicas (de crescimento ou contração, de expansão ou recessão, etc) que refletem uma tendência do sistema voltar a seu ponto de equilíbrio”. Todavia, apesar de tal equilíbrio recorrentemente acontecer, ele nunca volta para o ponto que um dia já esteve e, conseqüentemente, a cada vez que ocorre o sistema por si só se aproxima de sua morte² (Wallerstein, 2012).

Ao fazer tal afirmação, Immanuel não reitera, apenas, o sistema internacional em si, mas sim todas as outras estruturas que juntas formam-o estão próximas do seu fim, isto é, segundo Wallerstein, 1999: “a economia, a política e a sociocultural; [...] Não têm ‘lógicas’ separadas”. Ou seja, a junção de todas formam o sistema-mundo interligado.

Partindo desse ponto, devemos analisar o papel de influência que uma nação hegemônica tem sobre outro Estado soberano³. O *hegemon*⁴ busca acima de tudo “uma sucessiva e infundável acumulação de capital onde quer que essa acumulação possa ser feita” (Wallerstein, 2012, p.17).

Para Wallerstein, desde o princípio do atual sistema-mundo moderno, três nações realmente assumiram o papel de líder, são elas: Províncias Unidas (Países Baixos), Reino Unido e Estados Unidos (cf. Wallerstein, 1974 *apud* Wallerstein, 2012). E em sincronia com os elementos geográficos abordados por Braudel, Wallerstein observa os movimentos mercadológicos em perspectiva global, o que chama de: centro, semiperiferia e periferia (Wallerstein, 1979). Em cada um, é perceptível, para o autor, o seu papel perante o sistema internacional - cada ator têm suas funções pré-determinadas perante a DIT (Divisão Internacional do Trabalho).

² Em entrevista no ano de 2012 a emissora de televisão russa, RT - Wallerstein chega a afirmar que estamos próximos do colapso de nosso sistema financeiro, o capitalismo. “[...] Na minha visão, o capitalismo chegou ao fim da linha e já não pode sobreviver como sistema. A crise estrutural que atravessamos começou há bastante tempo. Segundo meu ponto de vista, por volta dos anos 1970 – e ainda vai durar mais uns vinte, trinta ou quarenta anos. Não é uma crise de um ano, ou de curta duração: é o grande desabamento de um sistema. Estamos num momento de transição. Na verdade, na luta política que acontece no mundo — que a maioria das pessoas se recusa a reconhecer — não está em questão se o capitalismo sobreviverá ou não, mas o que irá sucedê-lo [...]”. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/173-noticias-2011/501895-o-capitalismo-chegou-ao-fim-da-linha-afirma-wallerstein>. Acesso em: 20 set. 2023.

³ No sentido hobbesiano: O pacto social/contrato social cria uma representação soberana, perante a vontade de todos os autores (indivíduos), ou seja, dos membros pactuantes do Estado, para que renunciem de sua liberdade em troca de uma maior segurança (garantia de vida) frente a uma possível ameaça. No ato da formação do Estado de direito, se dá anuência a um representante que será o responsável pelo bem-estar social e por garantir a vida. (Filho, 2022).

⁴ Hegemônico.

Cada divisão de trabalho que os países passam a desempenhar tem parcial, ou grande influência, do ator hegemônico, mas também do período histórico que o capitalismo se encontra. Contrariando a premissa feita por Bodin, em 1576, de que Estados são as autoridades supremas dentro de seus territórios e que estes não devem dividi-lo ou compartilhá-lo (Bodin, 2017), Wallerstein, 2012, afirma:

“Não existem Estados totalmente soberanos” - pois segundo o mesmo: “poder hegemônico é alcançar quase monopólio geopolítico no qual o Estado em questão pode impor as suas regras, a sua ordem no sistema como um todo de maneira a favorecer a maximização da acumulação de capital a favor de empresas localizadas no interior das suas fronteiras”.⁵

O que é relatado acima é perceptível tanto nos dias de hoje, tanto no século XVII, quando as Províncias Unidas se tornam a nação mais forte do mundo. Fazendo uma relação e aprofundamento com o tema pesquisado, Wallerstein em “The Modern World-System II”, versa sobre o período histórico em questão e cita como a hegemonia holandesa foi fundamental para a sacramentoção de uma nova ordem econômica global - com o fim do feudalismo, há uma transição para o sistema econômico de mercado - o capitalismo (Wallerstein, 1980).

A Holanda, ou melhor, os Países Baixos, se desenvolveu de forma heterodoxa em relação às demais nações europeias e conseguiu influenciá-las para mudar também. Ao assumir o papel hegemônico, ela conseguiu trazer uma série de inovações antes nunca vistas, tais como: Instituições bancárias e abrindo, inclusive, a primeira bolsa de valores - a bolsa de valores holandesa. (Wallerstein, 1980).

Entretanto, a expansão marítima holandesa é a prova de tal influência, ou melhor, o mercado de embarcações neerlandês influenciava e aquecia o mercado internacional, mas também criava meios para expansão dos países europeus para além do próprio continente. Ou seja, o comércio internacional holandês gerou uma revolução sem precedentes no sistema internacional, e foi capaz de interligar o mundo de tal forma que comandava, também, as rotas comerciais, em especial das especiarias (Wallerstein, 1980).

Não podemos esquecer que por diversas vezes, a Holanda era representada pelas suas empresas - diferentemente das demais nações europeias, os neerlandeses muitas vezes exploravam o globo por “procuração”. Ou seja, através de empresas de capital privado, a Holanda explorava o restante do globo. Empresas como: Companhia das Índias Ocidentais e

⁵ Para Bauman, p. 77, 1999 -”A integração e a divisão, a globalização e a territorialização, são processos mutuamente complementares. Mais precisamente são duas faces do mesmo processo: redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade de agir”.

Companhia das Índias Orientais - ficavam responsáveis por explorar as duas metades meridionais do globo terrestre.

Além disso, retomando os conceitos de centro, semi-periferia e periferia, Wallerstein aborda o como a Holanda, representada pelas suas companhias, conseguiu influenciar e usurpar da mão-de-obra escrava para crescimento e desenvolvimento econômico no mundo. Mas também, nos ajuda a comprovar que a sua dominação foi o início de um processo globalizatório e a gênese de um sistema capitalista que perdura até os dias atuais (Wallerstein, 1980).

3 A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS E A SUA ATUAÇÃO NO BRASIL

3.1 História da Companhia das Índias Ocidentais;

3.1.1 Fundação e Objetivos:

A Companhia das Índias, assim como fora anteriormente afirmado, representa uma mudança de patamar político dos neerlandeses dentro do cenário europeu, mas também internacionalmente. Entretanto, previamente a compreensão de como e por quais objetivos a empresa, ou melhor, as empresas (englobando a Companhia das Índias Orientais), foram fundadas, é trivial o entendimento do contexto histórico vivido no período estudado.

É bem sabido que previamente, as chamadas Províncias Unidas, viviam um mal-estar com o povo espanhol, ou melhor, com o povo Ibérico desde que o rei Filipe II assumiu o trono (Barleu, 2018). A justificativa para tal tensão entre as nações é justificada quando buscamos entender o perfil da política externa espanhola adotada pelo seu novo rei - pro deveras os regentes nomeados ao trono holandês eram por vezes, segundo Barleu (2018) p.44: “cruéis, astutos e brandos”.

A partir do que foi dito, os ibéricos passam a ter uma imagem negativa do povo das Províncias Unidas, uma visão de uma nação rebelde que vivia a se rebelar frente ao hegemônico: “Por muitos anos, a rebelião nos Países Baixos foi conduzida com muita virtude, porém acompanhada de atos vis e desonrados; [...] A opressão a liberdade resulta em um ódio que sobrevive o perigo e a morte dos instigantes da liberdade” - Barleu, 2018, p.44.

Além disso, podemos, também, citar o imaginário popular neerlandês, um povo que também viveu por um período de tempo, na Idade Média, sob domínio do povo romano - que assim como os espanhóis, tolheram os princípios da liberdade, vida e bem-estar, dentro do seu próprio território - não se contenta com as amarras “imperiais”, e reconhece o seu desejo e direito de rebelião, assim como fora anteriormente visto. (Barleu, 2018)

Assim que a Guerra da Secessão entre as Províncias Unidas e União Ibérica, passa a ser oficialmente reconhecido, quando vamos analisá-la, passamos a dividi-lo em 3 fases/períodos: O primeiro, trata de um Estado neerlandês abatido e deprimido devido à tirania ibérica; o segundo, do fortalecimento da pátria, da união da nação frente ao Príncipe Guilherme de Orange; e a terceira, do fortalecimento das fronteiras. (Barleu, 2018).

Relacionando com o tema pesquisado, é intrínseco um aprofundamento no terceiro aspecto acima citado, pois foi neste que foi observado a criação de duas empresas de capital

privado para explorar territórios no além-mar, a Companhia das Índias Orientais e Companhia das Índias Ocidentais:

“Numa nação submetida a tantos conflitos, alguns cidadãos ofereceram seu capital como símbolo do seu desejo de destruir o inimigo. [...] Esta guerra de duas frentes e em hemisférios muito distantes, exaustou as forças do poderosíssimo rei (Filipe II). [...] Em navios armados para viagens mercantis, primeiro para o Oriente e logo depois para o Ocidente, foram criados dois principados, por assim dizer, fora da Europa, apoiados respectivamente pela Companhia das Índias Orientais e, Ocidentais. (Barleu, 2018, p.46-47).

A Companhia das Índias Orientais surge previamente às Ocidentais, e não exclusivamente na Holandesa, por assim dizer, na realidade foram criadas e obtiveram maior destaque em três nações: Inglaterra, França e Holanda. Em todas estas, o objetivo principal era a exploração e imposição de políticas imperialistas em nome de uma nação (Cartwright, 2022). É possível citarmos como um exemplo a *Carta Régia* inglesa que dava poderes de estado a EIC (East India Company), segundo Cartwright, 2022:

Uma Carta Régia criou a Companhia Inglesa das Índias Orientais em 31 de Dezembro de 1600, como uma companhia de sociedade limitada por ações (pessoas investiam capital e recebiam parte dos lucros), administrada por um grupo de 217 mercadores e investidores liderados pelo Conde de Cumberland. Outorgada por Elizabeth I da Inglaterra (r. 1558-1603), a carta concedia à companhia o direito exclusivo do comércio com a Índia, de fato o monopólio de todo o comércio a leste do Cabo da Boa Esperança. Para conduzir suas operações, a EIC tinha permissão de “fazer a guerra”. Embora a companhia não tivesse soberania em suas áreas de operação, recebeu permissão para exercer a soberania em nome da Coroa e do governo inglês.

O ponto principal a ser absorvido deve ser o *modus operandi* da Inglaterra, que se trata do mesmo da Companhia holandesa - o Estado neerlandês, de uma forma semelhante, outorga a esta organização o poder e a soberania ao seu nome. (Cartwright, 2022). Desde 1602, ano da fundação, a Companhia das Índias Orientais atuou no continente asiático de mesma forma e percebeu, segundo Barleu (2018), p.47: “os benefícios da navegação, como a descoberta de novas terras e conhecimento das religiões, leis, costumes e riquezas dos povos de terras distantes.”

Por outro lado, A Companhia das Índias Ocidentais, apesar de também possuir a mesma atuação e política da “irmã-oriental”, esta se dedicara a explorar o outro lado do globo, isto é, a África Ocidental e as Américas. (Albuquerque, 2010). Territórios estes, até então dominados pelos portugueses e Espanhóis através, primeiramente da bula *Inter Caetera*

- assinada pelo papa Alexandre VI; e posteriormente, revisada e atualizada para o Tratado de

Tordesilhas⁶, que dividia o mundo entre as duas nações a partir de 370 léguas a oeste de Cabo Verde. (Schwarcz; Starling, 2015)

Retomando o que antes fora dito, ambas as empresas holandesas passam a surgir mediante o curso do conflito entre Espanha e Países Baixos. A Guerra dos 80 anos, como também é chamada, passou por uma série de fases e processos históricos, mas o mais relevante para a criação da Companhia das Índias Ocidentais, durante e após o fim da trégua dos 12 anos - que durou desde o ano de 1609 a 1621 (Albuquerque, 2010). Isto pois, segundo Albuquerque, 2010, p.26: “Durante a Trégua [...] o Governo Central dos Países Baixos, não autorizaram a fundação da Companhia das Índias Ocidentais, com o receio de que Madri interpretasse esta fundação como uma declaração tácita de guerra, um a violação da Trégua”.

Todavía, após o tal período, no ano de 1621, com o fim da trégua, não haveriam mais barreiras nem obstáculos políticos e diplomáticos que pudessem conter a fundação da Companhia, e assim a foi feita (Albuquerque, 2010). Deste ano em diante, a Companhia inicia a sua atuação nas águas a oeste, buscando afastar os demais europeus do comércio já existente na região. (Albuquerque, 2010).

3.2 A Presença da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil;

3.2.1 Nordeste Brasileiro - Invasão à Bahia e Pernambuco:

Antes mesmo de analisarmos a questão comercial e os impactos econômicos da presença Holandesa no Nordeste brasileiro, é necessário a compreensão dos motivos que os levaram a escolher as terras, até então portuguesas.

É de suma importância entendermos que a partir do momento que a Espanha e Portugal se fundem em União Ibérica, as terras brasileiras passam a serem “negligenciadas” pelos Espanhóis; entretanto, continuam sendo importante fonte de renda para a nação europeia, visto tamanha lucratividade que a cana-de-açúcar e o pau-brasil representava. (Mello, 2010).

⁶“O Tratado de Tordesilhas que objetivava dividir as terras “descobertas e por descobrir” fora do Estado por ambas as Coroas. [...] O tratado teve um antecedente: a bula Inter Caetera, assinada pelo papa Alexandre VI em 4 de maio de 1493, que dividiu as novas terras do globo entre Portugal e Espanha. Na prática, as terras situadas até cem léguas a oeste, a partir das ilhas de Cabo Verde, seriam de Portugal, e as que ficassem além dessa linha, da Espanha. Por receio de perder possíveis conquistas, uma revisão foi proposta por Portugal, que conseguiu mudar os termos da bula. O tratado de Tordesilhas assinado pelas duas Coroas, definiu como linha de demarcação o Meridiano que ficava 370 léguas a oeste de uma ilha não especificada do arquipélago de Cabo Verde, então pertencente aos portugueses. [...] O tratado seria ratificado pela Espanha em 2 de junho e por Portugal em 5 de setembro de 1494, como se o mundo - real ou tantas vezes imaginado - pudesse ser dividido em dois, em duas metades, e sem maiores contestações” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 24)

Os fatores acima mencionados, somados com a localização estratégica do nordeste brasileiro - proximidade com a África, Caribe e com as minas de prata peruanas (não existia uma boa cartografia para identificar a real distância) - atraíram os holandeses, que viram o nordeste brasileiro como um início promissor para suas “aventuras náuticas” no ocidente global (Mello, 2010).

Como é de conhecimento, a divisão de terras aqui presente era baseada nos limites a oeste (impostos pelo Tratado de Tordesilhas) e subdividido nas chamadas Capitânicas Hereditárias. Com a fusão entre Espanha e Portugal, os limites à Ocidente foram depositos, e com isso a possibilidade de expansão e exploração das terras do agreste, sertão e norte foram adotadas pelos que aqui moravam (Marques, 2002).

Contudo, para os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, apenas duas capitânicas interessavam - as duas mais ricas e importantes - a Capitania da Bahia (então capital brasileira no período) e a de Pernambuco (Mello, 2010). A primeira emboscada se deu na Bahia, em 1624, 26 navios e 3300 homens, entraram na capital Salvador, mas não obtiveram sucesso e acabaram por fracassar na missão. Todavía, importante destacarmos que “Pela primeira vez na história das guerras holandesas no Brasil, tornava-se evidente a vantagem geopolítica de que desfrutava Portugal relativamente a um inimigo”, Mello (2010).

Entretanto, não podemos afirmar que os holandeses deram viagem perdida às terras brasileiras após o fiasco na Bahia - entre 1627 a 1630, se dedicaram a, primeiramente, estudar, e posteriormente, invadir e conquistar as terras pernambucanas. O que não quer dizer, contudo, que os holandeses não “interagiam” e nem tinham contato com os pernambucanos, ou até mesmo os europeus que aqui viviam, isto pois, a Companhia realizava, acima de tudo, uma série de saques nos navios ibéricos e tomavam suas mercadorias (Mello, 2007) - Segundo Boxer, 2004, p. 47:

Desde 1612 que se havia sugerido que os navios portadores de açúcar (ibéricos) deviam viajar em comboios bem armados, à maneira das frotas espanholas do mar das Antilhas (Caribe); mas nada foi feito enquanto durou a trégua. Quando o reatamento da guerra (fim da trégua dos 12 anos) fez aumentar o número de perdas, e particularmente depois das façanhas de Piet Heyn⁷ na Bahia, fizeram-se algumas tentativas para prover de meios de defesa os navios da carreira do Brasil. Mas essas

⁷ Corsário da Companhia das Índias Ocidentais ficou famoso posteriormente a invasão na Bahia, pois liderou a conquista de parte da frota anual da prata, na Baía de Matanzas, Cuba, em 1628. calculada pelos neerlandeses em cerca de 12 milhões de florins. Contudo, ao fato referido, Piet Heyn foi o vice-almirante da invasão a Salvador, e após a entrada em território, saiu com sua tripulação rumo a África, mais especificamente à Luanda, em Angola (domínio português). (Pérez, 2015).

tentativas foram quase todas natimortas, não indo além da legislação e do papel. [...]. Assim, muito do açúcar produzido no Brasil em geral, e em Pernambuco em particular, caiu em poder dos corsários da Companhia das Índias Ocidentais.

Em soma com o que foi dito, os neerlandeses, também passam a estudar e colher dados sob a capitania pernambucana, em especial sob a costa litorânea. Numa arte de espionagem, os buscavam contatos com índios sequestrados⁸, cristãos-novos⁹, e infiltrados na população olindense (Mello, 2007).

Fato é que após longo período de estudos e saques, a ausência de um conflito luso-hispânico, pós-1624, acaba - mais precisamente no ano de 1630, quando fica marcada a invasão holandesa às terras pernambucanas. Segundo Mello, 2010, p.53:

A decisão de atacar Pernambuco foi tomada em fins de 1628 e começos de 1629, mas só em junho pôde levantar ferro a armada entregue ao comando do almirante Hendrick Cornelisz Loncq, a qual teve de deter-se por vários meses nas vizinhanças do arquipélago de Cabo Verde, à espera dos navios que ainda faltavam. Compunham a armada nada menos do que 67 unidades, transportando 7 mil homens. A chefia das forças de terra fora confiada ao coronel Diederick van Waerdenburch, veterano da Guerra dos Trinta Anos. A 14 de fevereiro de 1630, a armada apontou diante de Olinda.

Sob uma série de ataques tanto a Olinda e a Recife, os holandeses, apesar de existir alguma resistência, conquistaram a capitania de Pernambuco em poucos dias (Mello, 2007), dando início assim à era neerlandesa nas terras pernambucanas.

O início do governo neerlandês, ao contrário do que se possa imaginar, não começou com a mesma tranquilidade que ficou marcado durante os governos de Maurício de Nassau. Podemos afirmar que houveram 3 divisões históricas no período de 24 anos que as tropas das Províncias Unidas permaneceram em terras nordestinas. Segundo Silva, 2011 (apud Mello, 1998, p.176):

O primeiro, que vai de 1630, queda de Olinda, a 1637, quando as tropas do Rei Católico abandonam Pernambuco rumo à Bahia, corresponde a guerra de resistência, que se saldou com a afirmação de poder neerlandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o São Francisco. O segundo período, de 1637 a 1645, engloba principalmente o governo de João Maurício de Nassau (1636-1644), podendo ser prolongado até o ano seguinte, quando eclodiu o levante luso-brasileiro. É esta que constitui, para a historiografia, a idade de ouro do Brasil holandês. O período final, de junho de 1645 a janeiro de 1654, abrange a guerra da restauração, que terminou com a capitulação do Recife e das últimas praças-fortes inimigas e com a liquidação definitiva da presença holandesa no Nordeste.

⁸ O navegante Boudewijn Hendricksz foi um traficante do capitão Claes Adriaensen Cluyt, que sequestrou índios e os utilizou como fonte para mapear a costa pernambucana (Mello, 2007).

⁹ O grau de contribuição e ajuda de tais grupos étnicos se deu ao fato do governo luso-hispânico não ser laico e impor aos judeus (ou quaisquer outras religiões presentes) a obrigatoriedade de conversão para o catolicismo (Mello, 2007).

Após consumada a invasão e tomada das terras, primeiramente pernambucanas, não podemos deixar de citar a tentativa de resolução de conflitos feita pelos portugueses que comandavam a capitania de Pernambuco, antiga São Vicente - Duarte de Albuquerque e Matias de Albuquerque, ambos senhor da capitania e governador, respectivamente; sondaram Waerdenburch numa tentativa de acordo em que seriam oferecidos caixas de açúcar em troca da saída da Companhia das terras. Contudo, como bem sabemos, a tentativa ibérica fora prontamente descartada, pois não era apenas um saque que os interessava, mas sim uma conquista e tomada duradoura do Brasil (Mello, 2007).

3.2.2 Conflitos e consequências locais (1630-1637):

Tomando por partido tudo que foi dito, a partir de 1630 se inicia o governo mais longo em terras brasileiras se formos desconsiderar os portugueses. Durante 24 anos a Província Unidas, ou popularmente conhecida como Holanda, dominou o território Nordestino, dando início ao Brasil-Holandês.

Contudo, mesmo com a recusa nas propostas enviadas para saída pacífica do território brasileiro, os europeus membros da Companhia se depararam com uma situação extremamente difícil, até mesmo “desesperadora” (Mello, 2007, p.44). Justifica tal afirmação quando vamos a verificar como eram as instalações neerlandesas em território pernambucano - “viviam em uma faixa de terra que nada produzia; as despesas eram enormes [...], a situação alimentar chegou a níveis terríveis” (Mello, 2007, p.44-45); “a Ilha de Fernando de Noronha como local de convalescença e tratamento dos seus homens¹⁰” (Mello, 2007, p.48).

Entretanto, conforme informado, os primeiros 7 anos da conquista e manutenção do território foram os mais difíceis, iniciou-se uma guerra de resistência contra os holandeses (Silva, 2011). Estes, por outro lado, por razões de segurança resolveram se firmar no Recife (Silva, 2011), que, ao contrário de Olinda, não apresentavam grandes morros, grandes distâncias e fortificados de resistência (Mello, 2007). Onde hoje estão localizados os bairros de: Santo Antônio, São José, Joana Bezerra e Cabanga - iniciou-se a construção de uma cidade sob os moldes holandeses.

¹⁰ As tropas que aqui residiam apresentaram, diversas vezes, quadros de saúde preocupantes para os chefes da Companhia. Segundo Mello2, 2007, p. 47-48: “Nos documentos dos três primeiros anos da conquista abundam as informações sobre escorbuto [...]; Refere-se, também, a outra doença que parece pode ser identificada com a hemeralopia ou cegueira noturna.”

Destarte o início das obras, é questionável o como a WIC (West-Indische Compagnie ou Companhia das Índias Ocidentais) levantou os recursos para novas construções. Segundo Silva, 2011, p.78: “Na noite de novembro de 1631, resolveram os chefes holandeses pôr fogo na sede da capitania de Pernambuco (Olinda) [...], transportando-se mais tarde para o Recife todo o material aproveitável.”

A cidade de Recife cresceu vertiginosamente desde o início da dominação holandesa e com isto firmaram-se as bases da Companhia, que, não satisfeita, busca explorar outros redutos dos portugueses no Nordeste brasileiro, como: Paraíba, Rio Grande do Norte, Cabo de Santo Agostinho, Alagoas, etc (Silva, 2011).

Não podemos deixar passar batido outro ponto crucial dos 7 anos iniciais do governo holandês, os postos de resistência que parte da comunidade luso-brasileira permanecia, podemos citar duas localidades como referências: o Arraial do Bom Jesus - Um local que representava a resistência às tropas da neerlandesas nas terras recifenses, onde hoje é localizado o Sítio da Trindade, na Estrada do Arraial - foi travado uma série de batalhas sob táticas de guerrilha, que foram, no final das contas, vencidas pelos neerlandeses, resultando, desta forma, no “abandono” das terras Pernambucanas em direção à Bahia, deixando para trás terras, mão-de-obra (escravos) e quaisquer outra riqueza construída, principalmente sob o comando de Duarte Coelho¹¹. (Silva, 2011). Podemos citar, também, Porto Calvo - uma pequena cidade no Estado de Alagoas que foi palco de batalhas que só vieram a ser finalizadas com a chegada do Príncipe Maurício de Nassau ao Brasil (Mello, 2010).

3.3 Legados da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil

3.3.1 Governo Nassau e as Relações Internacionais;

Difícilmente poderíamos afirmar que houve algum plano de governo visando o desenvolvimento nos sete anos iniciais de conquista holandesa, visto que foram, em grande parte, voltados para a manutenção do domínio das terras pernambucanas. Isto não quer dizer, entretanto, que os que aqui residiam não sentiam a pressão vinda da Holanda, pois, como bem sabemos, toda a expedição gerou altos custos para os cofres públicos e, mesmo que estivessem lutando pela sua permanência, os colonos buscavam quaisquer objetos de valor que pudessem enviar para a Europa - como os sinos das igrejas de Olinda e Recife (Silva, 2011).

¹¹ Segundo Frazão, 2023: “Duarte Coelho (1485-1554) foi um navegador, fidalgo e militar português. Donatário da Capitania de Pernambuco. Iniciou a colonização em 1535 e fez de Pernambuco a capitania mais rica do país.”

A partir do ano de 1637 em diante, houve uma real “mudança de chave” na política da Companhia nas terras brasileiras, iniciou-se a chamada “Idade de Ouro do Brasil holandês” (Mello, 2010, p. 161). Deste ano em diante, apesar de uma série de conflitos políticos - “A direção da WIC tinha seu próprio candidato, ao que parece o oficial polonês Crestofle Arciszewski, que já militava no Brasil. A companhia acabou cedendo devido ao interesse pessoal do seu príncipe de Orange demonstrou pela indicação do parente” - Mello, 2010, p.161-162. Iniciou-se o governo de João Maurício de Nassau-Siegen.

Em um início, certamente controverso e com intervenções do governo das Províncias Unidas, Nassau parte da cidade de Texel com 4 navios e 350 soldados e chega às terras nordestinas em 23 de janeiro de 1637 (silva, 2011). Um rapaz de 32 anos nascido na cidade de Dillenburg, com afeições à ciência e cultura, trouxe por iniciativa e fundos próprios, artistas, cientistas, médicos, entre outros - mais conhecidamente o paisagista Frans Post e o retratista Albert Eckhout (Mello, 2010).

De uma forma sucinta, Nassau chega o Brasil com o objetivo de impulsionar uma nação que estava “parada” frente aos 7 anos de conflitos:

Coube ao Conde Nassau a reorganização administrativa do governo, com a transformação do Conselho Político em ‘Conselho Secreto’ [...] Estava o governo tomado por práticas imorais e lesivas aos interesses da Companhia; [...] Fixar as fronteiras do Brasil Holandês no Norte e no Sul; [...] Leilão de 65 engenhos abandonados pelos seus proprietários. (Silva, 2011, p.115).

Com a manutenção dos moldes políticos criados pelos portugueses - Capitánias Hereditárias - João Maurício buscou a manutenção da paz com os sobreviventes que aqui residiam e aplicou uma série de petições solicitadas pelos nativos, como por exemplo:

“[...] livres (liberdade) para praticar religião sem impedimento; não seriam restritos pela lei a observar as práticas religiosas alheias; Não sofreriam danos suas igrejas, contanto que as forças estrangeiras não fizessem necessário que os soldados entrassem nelas; Quem tinha casas em Olinda retinha estas como propriedade sua e podia construir sobre as bases, conquanto fossem construídos este edifícios conforme as regulações estipuladas pela lei; Só seriam restituídos todos os escravos fugidos dos seus donos se a fuga se houvesse dado depois de terem jurado lealdade aos holandeses; etc.” (Barléu, 2018, p.101).

Resultado de tamanho sucesso político foi deflagrado na sociedade Pernambucana, a criação de uma sociedade burguesa - ao contrário do que antes era visto, senhores e escravos - que fez suas bases na chamada Câmaras dos Escabinos, que segundo Silva, 2011, p.123-124: “colegiados formados por ricos comerciantes, capitalistas (...), proprietários urbanos (...), negociantes de escravos, correspondentes de firmas da Holanda, judeus endinheirados, etc”.

O grande ponto a ser visto, é que Nassau, buscou em si, o controle do território junto a harmonia com os que aqui residiam e assim prosperou a terra - no seu governo, a cidade do Recife veio a emergir e pintar como um centro urbano a nível europeu (Mello, 2010). Os oito anos de seu governo foram marcados por sucessos, tanto na colônia, quanto nos Países Baixos:

“Auferiram 1.963.000 florins ao erário da Companhia. Os despojos da guerra e outros bens tomados ao inimigo foram avaliados em 2.017.478 florins. Anexou províncias de Sergipe, Maranhão, [...] às margens do São Francisco ergueu um forte com seu nome; [...] Mais de 100 mil caixas de açúcar foram exportadas para o lucro da Companhia e de particulares; [...] Pau-Brasil: 2.593.630 libras, sem falar do tabaco e outras mercadorias exportadas.” (Barléu, 2018, p. 426-427).

Em suma, é possível afirmarmos que o governante foi o responsável por toda organização administrativa do nordeste brasileiro e pelo ressurgimento da economia açucareira presente no Brasil.

Desta forma, é inevitável afirmarmos que o chamada por Mello, 2011, de “O negócio do Brasil”, tem seu sucesso através das relações internacionais. A reativação do comércio açucareiro destaca a intrínseca relação da WIC com as nações africanas (Boxer, 2004).

Como bem destacado previamente, o Brasil holandês foi dividido em fases, e a primeira, foi marcada por guerras e inúmeras dívidas, com isso, previamente a vinda de Nassau, mas também durante, uma grande discussão sobre o livre comércio vêm a tona - o prejuízo havia sido tanto, que o governo neerlandês entendia que era necessário a vinda de holandeses para a colônia para firmar as bases e não depender de portugueses, donos de terras produtivas, para a prosperidade colonial (Boxer, 2004).

A Companhia das Índias Ocidentais, por sua vez, defendia o monopólio das terras para si, pois não gostaria de repartir o lucro da colonial. Nassau, contrariando a Companhia, promulga em 1638, um documento que acatava o livre-mercado para acionistas, que, poderiam negociar/comercializar igualmente a um membro da WIC. (Boxer, 2004).

Inegavelmente, a simples e pura atuação da Companhia das Índias dentro de um território estrangeiro já nos coloca numa posição de análise das relações internacionais, visto que há uma empresa de capital privado atuando, em nome de um Estado, em outro, mesmo que esteja em formação. A carta de Nassau, nos denota que, mesmo no século XVII, há um entendimento da função primordial que se observava o comércio internacional - Os escravos africanos, constituíram grande parte do lucro da WIC no território brasileiro, isto pois, primeiramente, havia uma grande desconfiança com os donos de terras portuguesas, e secundamente, com a constatação da necessidade de mão-de-obra, a Companhia estreita relações com as nações africanas para o comércio negreiro. (Boxer, 2004).

3.3.2 Fim da era Holandesa no Brasil (1637-1654);

Após 7 anos, aproximadamente, o fim do governo Nassau foi consolidado. No ano de 1644, junto a sua rescisão, o mesmo deixa um testamento político, que dentre outros assuntos, recomendava a tolerância, moderação, o zelo sem rigor das dívidas dos agricultores, simpatia com os comerciantes portugueses, entre outros assuntos mais. (Silva, 2011).

A partida do ex-“governador” ocorreu em 11 de maio de 1644 e, a partir desta data, se deu início ao grande plano luso para a retomada do controle do nordeste brasileiro. Mas não podemos nos enganar que foi algo da noite para o dia, o plano português começa a partir do reconhecimento da negligência espanhola às terras portuguesas feitas por Dom João IV após a fissão da União Ibérica, em 1640 (Mello, 2011).

Portugal, por sua vez, buscou em outras nações europeias o apoio para o reconhecimento de sua independência, e uma das nações visadas é as Províncias Unidas (Mello, 2011). Sob acordos diplomáticos e exercendo em seu nome o que hoje podemos reconhecer como diplomacia presidencial, D. João visita “Inglaterra, França, Suécia, e Roma” (Groh, 2011).

Os Países Baixos, em contrapartida, eram um elemento à parte para os portugueses. Primeiramente, fora enviado o diplomata Tristão de Mendonça Furtado, no ano de 1641 à cidade de Haia - que sob desconfiança de ambos os lados (Mello, 2011), foi firmado o Tratado de mesmo nome que a cidade. O tratado em si buscava uma resolução para assuntos coloniais e a paz entre as nações; algo que não fora celebrado, segundo Groh, 2011, p.5: “A demora da assinatura “libera” os holandeses para conquistar na segunda metade de 1641, Angola, Luanda, Benguela e os portos de São Tomé e Ano Bom. Além do Maranhão e de Sergipe”.

Tal situação gerou uma desconfiança (maior que a existente) e um estremecimento das relações luso-holandesas. Por outro lado, Nassau duramente critica a postura da Companhia das Índias que diminuiu seu efetivo no Nordeste brasileiro, e conforme afirma Mello, 2010, p.311: “A restauração da independência portuguesa constituía uma ameaça ao seu futuro”. Resultado de tais acontecimentos foi visto com uma série de levantes e revoltas nas terras coloniais, entre elas em Pernambuco.

Apesar de não haverem, teoricamente, nenhum documento que ligue a chamada Insurreição Pernambucana a Dom João IV (Groh, 2011), os reflexos dos atos holandeses, vistos como má-fé pelos lusos, chegam a população pernambucana, que se rebela contra os holandeses que aqui haviam e os expulsam.

4 Brasil-Holandês sob a visão de Krzysztof Arciszewski.

4.1 Construção da figura Krzysztof Arciszewski;

4.1.1 Quem foi Arciszewski?

Krzysztof Arciszewski, Crestofle Arciszewski, ou Christoffel Artichofsky, foi um polonês que participou ativamente da construção do Brasil-Holandês. As variações de seu nome denotam a pouca notoriedade histórica dada ao ex-soldado da Companhia das Índias Ocidentais.

Nascido na cidade de Rogali, no Reino da Polônia, o jovem, de família ariana viveu parte de sua infância e adolescência na cidade de Nietazków, e lá, apesar de estudar em colégios arianos, divergiu em muito sua personalidade das doutrinas - enquanto o arianismo proibia o engajamento em atos de violência, Arciszewski começa a manifestar o seu interesse no ramo militar. (Miranda; Xavier, 2022).

Após tal período em Nietazków, Arciszewski se muda para a Lituânia, e lá, sob as ordens do então príncipe regente, Krzysztof Radziwill, inicia sua história no ramo militar e diplomático na resolução de conflitos. O príncipe exerceu grande influência na formação do militar do polonês - o fez servir em conflitos letões no norte da Europa, que deram ao polonês o reconhecimento como especialista nas guerras de sítio e na arte da fortificação (Miranda; Xavier, 2022).

Por outro lado, não podemos nos enganar e pensar que Arciszewski firmou bases na Letônia, ou em quaisquer outros países em que lutou. O guerrilheiro chegou a ser expulso¹² do território polonês e, posteriormente, condenado à prisão¹³. Contudo, entre idas e vindas no território europeu, Krzysztof se muda para as Províncias Unidas em duas ocasiões: Uma para estudos sobre a “arte militar”, em 1624, e no fim da década de 1620, quando participou do cerco de ‘s-Hertogenbosch¹⁴, junto ao então *Stadhouder* (cargo político do poder executivo neerlandês), Frederik Hendrik. (Miranda; Xavier, 2022).

Ao participar do cerco de ‘s-Hertogenbosch, Arciszewski ganha a confiança dos

¹² Segundo Miranda e Xavier, 2022, p.20 e 21: “Um advogado chamado Kacper Jeruzel Brzeznicki, passou a administrar as propriedades dos Arciszewski, logrou transferir ilicitamente para si todos os recursos de seus representantes. [...] O jovem Arciszewski emboscou e assassinou Brzeznicki, arrancou-lhe a língua com a faca. Por tal ato, ele seria condenado ao banimento da Polônia”.

¹³ Após resolver as pendências judiciais do caso Brzeznicki, Arciszewski rumou a França, a mando de Radziwill, para organizar um complô contra o rei polonês Zygmuntowi III Waze. Após 1 ano, em 1626, toda organização foi descoberta, e a responsabilização pelo caso foi para o soldado Polonês, que, por consequência, foi indiciado à prisão. Mas nunca foi preso. (Miranda; Xavier, 2022).

¹⁴ Conflito para a conquista da cidade de Bois-le-Duc - capital da Província de Brabante do Norte, nos Países Baixos.

holandeses, e com isso, é convidado para servir nas terras coloniais do Ocidente na Companhia das Índias Ocidentais. Apesar da relutância em participar de tal pleito e acatar o cargo de capitão, proposto, o polonês o aceita sob receio de se tornar um prisioneiro nas terras europeias (Miranda; Xavier, 2022). Iniciando, desta forma, a trajetória de Arciszewski na WIC.

4.2 Arciszewski - o novo membro da Companhia das Índias Ocidentais.

4.2.1 Vindas ao Brasil;

A história de Arciszewski dentro da Companhia das Índias é dividida em três capítulos principais - cada uma retratando com a devida peculiaridade as vezes que o polonês esteve em território brasileiro.

O primeiro período de estadia de Krzysztof em terras brasileiras, foi entre os anos de 1630 e 1633. Durante o período poucos foram os registros feitos, mas o que podemos extrair destes são a concordância com os detalhes a respeito das dificuldades encontradas pelo neerlandeses ao pisar no nordeste brasileiro, mais precisamente em Pernambuco (Miranda e Xavier):

A queixa e a amargura de Arciszewski em relação às primeiras experiências na guerra pela conquista do Brasil são compreensíveis. [...] Arciszewski, que liderou tropas em ambas as ocasiões, testemunhou o longo período no qual a força da Companhia das Índias Ocidentais ficou estacionada e impedida de adentrar no interior de Pernambuco. [...] Essa incapacidade de avançar ao interior teve um pesado custo para a gente da Companhia; Doenças de todo o tipo grassavam entre as tropas, sem acesso a alimentos frescos. Estas também diminuíam em número cotidianamente com os ataques da guerrilha. (Miranda; Xavier, 2022, p.25-26).

Contudo, mesmo com tamanhas dificuldades, o soldado polonês conseguiu ainda se destacar, apesar da insatisfação com a Companhia, no comando de seus subordinados (tropas). Foi o responsável, junto ao Tenente-Coronel Callenfels, pela intentona no norte da capitania de Pernambuco, a Ilha de Itamaracá, que só colheu de frutos a conquista de uma pequena porção do território onde foi construído o Forte Orange, em homenagem a Frederick Hendrik. (Miranda; Xavier, 2022).

Após tal feito, Arciszewski conquista a confiança de muitos, e junto a isto, o cargo de Major da Quinta Brigada, promovida pelo Comandante-Geral, Diederick van-Waerdenburch. Contudo, preocupados com a situação holandesas no Brasil, os dirigentes da Companhia pressionavam a conquista do interior do nordeste brasileiro; situação esta, que gerou insatisfação em Waerdenburch, que optou por retornar a Holanda, e junto a ele, Arciszewski,

que estava com o contrato em vias de terminar. (Miranda; Xavier, 2022).

A segunda fase da Estadia de Krzysztof em terras brasileiras começa em 1634 e vai até 1637, quando assina um novo contrato de Coronel, e retorna ao Brasil. Durante a sua estadia, Arciszewski fica responsável (junto a outros comandantes) pela expansão das tropas da Companhia ao interior, às Campanhas a Sul e Norte de Pernambuco, mas também pelo combate às forças de resistência luso-espanholas (Miranda; Xavier, 2022).

Durante a sua estadia, Arciszewski entendia a grande necessidade de aliar-se a forças locais que possuíam grandes conhecimentos territoriais, os povos indígenas. Conhecido pelas sucessivas conquistas das terras da Paraíba e Rio Grande (onde atualmente é o Rio Grande do Norte), o polonês, segundo Miranda e Xavier, 2022, p.29: “(Arciszewski) Fora ao Rio Grande solidificar a aliança com os indígenas Tarairiú e Janduí, e fazer investidas sobre Cunhaú e, depois, mais ao sul, em Maranguape - já na Paraíba. Esses foram feitos igualmente celebrados pelo governo no Brasil e demonstraram a desestruturação da resistência ao norte de Pernambuco.”

É crucial destacarmos, também, que tais incursões não significaram o extermínio da população vigente, pois não era de interesse da Companhia, que buscava acordos de paz para que continuassem os seus trabalhos, mas em obediência aos holandeses. Por outro lado, nos enganamos ao pensar que os problemas ou resistências apresentadas à Companhia estavam encerrados. Os luso-portugueses formaram, como afirmado anteriormente, motins e centros de resistências - o Arraial de Bom Jesus e o Porto Calvo, principalmente

Em ambos os centros, Arciszewski manteve postura primordial para a sua dissolução - devido ao seu conhecimentos na arte militar adquirida nas Províncias Unidas, manteve posição estratégica nas terras de Itamaracá e Paraíba a fim de conter a entrada de suprimentos no Arraial do Bom Jesus, essenciais para sobrevivências dos luso-portugueses comandados por Matias de Albuquerque. Após o enfraquecimento das tropas presentes fez um cerco de combate que dissolveu a resistência local, que logo fora para onde hoje é o Estado de Alagoas, no chamado Porto Calvo. (Miranda; Xavier, 2022).

Em Porto Calvo, a situação foi semelhante ao Arraial, com a ressalva de mais tropas enviadas pelos Ibéricos para resistir aos holandeses da Companhia - Junto a tais tropas, veio ao Brasil o militar espanhol Don Luís de Rojas y Borja, que segundo Miranda e Xavier, 2022: “Optou por entrar rapidamente em combate com as forças da Companhia que estavam na região. Em janeiro de 1636, ele encontrou uma tropa liderada por Arciszewski e, após violento combate campal, foi derrotado e morto em Mata Redonda”.

O também conhecido como a Batalha de Mata Redonda, foi um marco para a história

holandesa no Brasil, pois marcou uma vitória militar que fez com que os luso-hispânico presentes nas terras holandesas se retirassem e fossem rumo a Salvador.

Em contrapartida, o fim da Batalha de Porto Calvo representou um marco para Arciszewski, que rumara a Recife para pegar um nau que rumasse às Províncias Unidas. Os motivos reais de sua volta são nebulosos e não há grandes fontes concretas que esclareçam tal feito (Miranda; Xavier, 2022), mas podemos relacioná-las com a vinda de Nassau ao Nordeste brasileiro.

Em 1637, Krzysztof rumou à Holanda e foi recebido com honrarias devido aos serviços prestados na colônia. Poucos ou nenhum são os registros que referenciam os dois anos que o polonês passou nos Países Baixos, mas é de conhecimento a sua volta ao Brasil em 1639, por um período de 2 meses que causou uma crise diplomática na nação (Miranda; Xavier, 2022), que será destrinchada nos próximos tópicos.

4.2.2 Conflitos e relações diplomáticas

Como já elucidado previamente, o nome de Arciszewski não é um nome tão conhecido ao se falar da história do Brasil-Holandês, apesar de sua importância. Não obstante sua permanência no território brasileiro ter ocorrido em momentos diferentes, cabe-nos destacar as suas vindas ao território colonial coincidirem com as Guerras de Resistência e início dos Anos Dourados do governo Nassau.

Desta forma, cronologicamente, conseguimos perceber que os feitos apresentados nos tópicos anteriores coincidem com o período em questão. Arciszewski conquistou a confiança da Companhia das Índias pelo seu longínquo conhecimento da arte da Guerra, mas também através de seus relatos, por vezes, críticos, às políticas adotadas pela WIC, como retratado por Silva, 2011, p.105:

[...] o brilhante cabo de guerra defende a criação de um Governo Geral com um reforço militar de 6.000 soldados, a fim de garantir a conquista e dar uma solução ao estado desesperador das suas tropas. Segundo ele, um terço dos soldados encontravam-se nus, sem fardamento, tostados pelo sol abrasador e, pela ausência de calçados, com os seus pés devorados por bichos, que entravam por baixo das unhas formando feridas. O conselho político, por sua vez, encontrava-se mais preocupado com a exportação do açúcar produzido, pouco se importando com a situação do corpo da tropa.

O retrato feito acima retrata um desgaste de Arciszewski com a Companhia durante os conflitos do Porto Calvo, mas também demonstra o como o soldado era ativo nos seus discursos críticos.

Por outro lado, devemos falar com mais profundidade sobre a saída do polonês do

território brasileiro no ano de 1637, durante a sua segunda passagem. Ao tratarmos sobre o período em questão, é importante repararmos que coincide com a vinda de Nassau ao Brasil. Pouco se sabe as reais motivações de Krzysztof para sua volta à Holanda, mas por outro lado, se relaciona com a vinda de Maurício ao Brasil - “Arciszewski teria ficado decepcionado com a indicação de Nassau para o governo do Brasil, pois esperava ser nomeado ao cargo de governador-geral da colônia em 1636”, Miranda e Xavier, 2022, p.38. Por outro lado, se especula sobre um possível convite do monarca polonês, Wladyslaw IV Waza, para assumir um posto de importância no exército da Polônia. (Miranda; Xavier, 2022).

Todavía, a conjuntura dos fatos futuros nos fazem pensar que a primeira alternativa seja a mais coerente, isto devido a terceira volta ao Brasil de Arciszewski, que gera um mal-estar diplomático nas terras coloniais (Barléu, 2018).

Destrinchando mais o período em questão, é digno de destaque afirmarmos que o retorno do polonês veio a se concretizar logo após uma tentativa a cidade de Salvador, 1638, comandada por Nassau:

Depois do fiasco em Salvador, os Estados Gerais e os Senhores XIX se puseram em ação para enviar reforços em auxílio ao governador do Brasil. [...] Na reunião preparatória de 7 de agosto de 1638, foi decidido que o comando das tropas de socorro ao Brasil seria dado a Arciszewski, mediante aprovação do *stadhouder* Frederik Hendrik. O príncipe de Orange autorizou o nome de Arciszewski e o nomeou “general de artilharia, estando acima de todos os outros coronéis”, estando abaixo apenas de Nassau na hierarquia militar da colônia. – (Miranda e Xavier, 2022, p.41-42).

O movimento da WIC não chega a ser questionado de imediato, apenas quando vem à tona do conhecimento público as cartas do polonês que entre outras coisas, sem citar o nome do conde Nassau, afirma que há uma má-administração das terras coloniais, como afirma Barléu, 2018, p.164:

Passaram-se quase dois meses de harmonia na administração e governança do Brasil, sem desavença entre os gestores, nem suspeita, nem malícia. Porém, após espalhados rumores entre os vulgos, desrespeitosos do conde e sua autoridade, revelou Arciszewski que escrevera ele uma carta dirigida ao excelentíssimo Albert Coenraads Burgh, burgomestre¹⁵ de Amsterdã, proeminente entre os diretores da Companhia. Foi esta missiva a base de uma amarga contenda, pois indignou profundamente não só o conde senão também todos os conselheiros que, como o conde, acreditavam que fora escrita para o descrédito de todo o conselho.

Em linhas gerais, a instabilidade da carta que relatava as deficiências do Brasil-holandês, gerou uma crise nas terras coloniais, e principalmente, entre Nassau e a Companhia das Índias Ocidentais. Resultando, desta forma, numa situação insustentável, que resultou na

¹⁵ Equivalente ao cargo de Prefeito nos dias atuais.

deposição de Arciszewski das terras brasileiras e o retorno, meses após a sua chegada, para os Países Baixos. (Miranda; Xavier., 2022).

4.3 Visão de Krzysztof Arciszewski sobre as Relações Brasil-Holanda;

4.3.1 Contribuições para o entendimento das dinâmicas do período;

A Companhia das Índias Ocidentais tinha a política de solicitar aos funcionários relatos escritos e orais, e com o soldado polonês não foi diferente. Podemos citar pontos cruciais de para análise seus escritos, que contribuem para o entendimento das dinâmicas do período.

Na primeira parte deles, referente às omissões e transgressões contra o Estado, Arciszewski se dedica a falar sobre falhas da administração colonial no que diz respeito aos interesses individuais e escolhas com base nos benefícios próprios:

Na minha opinião, é um disparate defender alguns portos ruins com mais de oito fortalezas, além de outros tantos redutor. Onde já se viu ou ouviu[sobre situação tão absurda]? Como os melhores portos do mundo podem pagar tais despesas? Neste exemplo, observa-se a diferença entre a sutileza espanhola e a nossa inteligência. Eles defenderam o Recife durante anos unicamente com o Castelo da Terra São Jorge e o Castelo do Mar [São Francisco]; e assim repeliram inúmeras incursões de ingleses e de franceses, prosperando milhões de patacas, [o que não conseguimos]~em sete anos com tantos fortes.

Eu acredito que se alguém desejar oferecer esse porto de volta ao Rei da Espanha com a condição de que ele ocupasse tantos fortes e os mantivesse à nossa maneira, ele não aceitaria o presente. [...] Caso outros sejam construídos aí, não geram ganhos, mas despesas, e nos custaria apenas mais tempo e dinheiro. Antes pudéssemos recuperar os três fortes supracitados, pois nenhum deles está aparelhado do jeito que deveria estar. – (Miranda e Xavier, 2022, p.73-74).

No trecho supracitado, conseguimos perceber uma visão crítica relativa ao desperdício de dinheiro relativo à construção e manutenção de fortes frente ao cenário encontrado anteriormente. Para Arciszewski é um claro indício de má-administração colonial. Subsequentemente o polonês expõe outro ponto - o da importância da expansão territorial:

O segundo ponto para o qual eu tenho chamado a atenção, mas que os outros não quiseram considerar é o seguinte: novas conquistas não devem ser tratadas como coisas sem importância por muito tempo, permanecendo vazias, e sempre considerar a eventualidade de um ataque do exército inimigo e o que ele pode causar.

Há muito não deveríamos abandonar tais lugares, mas sim, começar a construir, cultivar, povoar e fortificar o lugar que será o símbolo de nosso poder, onde nos manteremos efetivamente [protegidos] contra toda violência. Acredito que a Ilha de Itamaracá seja o lugar ideal para tal sítio, por sua natureza, nem grande, nem pequena demais e por sua localização vantajosa, podendo ser uma segunda Tiro [cidade da antiga Fenícia], ou mais bem situada que Oostende [cidade na Bélgica] ou Malta [ilha

no mar Mediterrâneo].

(...)

Resumindo, para defender essa ilha não será preciso fazer muito. Lá teríamos uma cidade privilegiada para uma povoação feliz, com muitos armazéns seguros para acomodar as muitas mercadorias. Na minha opinião, essa Ilha de Itamaracá deve ser o lugar onde deveríamos estabelecer todas as nossas instituições governamentais e para lá transportar a sede da Corte, as residências, o comércio, os Magistrados, os armazéns, a marinha. O Recife ficaria em segundo lugar, Itamaracá em primeiro. (...). Nenhum dos conselheiros quis considerar esse assunto. Já se perdeu muito tempo, já se fizeram muitas despesas desnecessárias no Recife, em se tratando do fato de que o Recife não é um lugar adequado, primeiro por possuir um ar insalubre, o que sempre dissuadiu os portugueses de irem morar lá.

(...)

Considerando tudo o que foi dito acima, é possível concluir facilmente quão bem os nossos Senhores Conselheiros conseguiram mais uma vez arruinar essa ilha (que, se devidamente cultivada, prosperaria), contra as ordens dos senhores Van Ceulen e Ghijselinck, despovoando-a e destruindo-a, retirando de lá não apenas a população, mas também funcionários da Companhia especialmente engajados no rentável trabalho dos engenhos; retirando também os negros da Companhia (pessoas escravizadas) para os seus agradáveis engenhos [fora da ilha]. Por consequência disso, assim que saíram de Itamaracá, outros empregados da Companhia [que permaneceram na ilha] foram assassinados, os negros [remanescentes] fugiram ou foram capturados e os engenhos foram destruídos pelo inimigo. - Miranda e Xavier, 2022, 76-81.

A respeito do texto acima citado, podemos perceber a análise crítica de Arciszewski quanto a construção e investimentos na cidade do Recife, e, relata, que o investimento expansionista para a Ilha de Itamaracá acarretaria numa maior segurança aos membros da Companhia, assim como uma maior estabilidade e diminuição dos danos econômicos que a atual capital de Pernambuco representa.

Dando continuidade aos escritos do autor, o mesmo fala sobre a possibilidade de reconstrução de Olinda como uma transgressão ao Estado, ou melhor, um desperdício aos recursos da Companhia devido à pressões portuguesas:

No terceiro ponto, prosseguindo com o que considero útil e necessário, me vem à memória a fortificação e povoamento da destruída cidade de Olinda, o que os Senhores Conselheiros, por pressão frequente dos portugueses, desejam realizar novamente. Fiz o meu melhor para frear essa ideia nociva. Mas esse tema sempre volta à tona e, ao que me parece, essa questão está novamente na balança: por isso escrevo aqui claramente contra. Peço gentilmente que Vossas Excelências não se enganem e nem enganem aos pobres coitados que lá construirão. O Sítio de Olinda não possui nem portos, nem rios, nem passos, nem terra, nem praia, e, além disso, a presença de morros e vales é tão irregular que não pode ser fortificado a não ser com muitos milhões [de florins].

Então, por que alguém construiria algo aí?

Se o lugar é aprazível, então Itamaracá é mais ainda; se esse lugar possui bons ares, boa água, em Itamaracá são ainda melhores, e, ademais, as tantas vantagens supramencionadas. Os moradores de Pernambuco apresentam tal pedido movidos por sua vaidade pessoal, pois preferem que sua cidade-capital esteja situada na capitania de Pernambuco, no lugar onde se encontra Olinda, do que na capitania de Itamaracá. Mas nós temos outros aspectos a considerar. Não estamos a tratar com os donos do mundo e não temos que conversar com eles, nem lhes atender os seus desejos. Temos que observar que construiremos sobre terra firme e não sobre o gelo. De que valeria ter lá uma bela cidade, se perderíamos um lugar apropriado para a agricultura?

Permitirmos aos moradores imprudentes que consumissem seus melhores recursos na construção, quando o inimigo, num piscar de olhos, poderia se aproximar e saquear tudo? – (Miranda e Xavier, 2022, p. 81-82).

No quarto ponto e adiante no texto do soldado, encontramos referências às batalhas contras as forças de resistência locais, onde Arciszewski afirma ser o de mais omissão e transgressão presente na administração do Nordeste-Brasileiro:

O quarto ponto, e o mais sujo de todos eles é que ninguém se preocupa com os elevados custos da Companhia. Durante o ano de 1636, a soldadesca não foi utilizada apropriadamente. Ninguém teve o propósito firme de fazer algo. Permitiram que o inimigo se recuperasse fazendo guerra e utilizando a estratégia de destruição completa da terra.

Na minha opinião, como expressei repetidas vezes publicamente, lutei essa guerra com essa gente, somente porque estava presente aqui, sem levá-los em consideração, e agora que Sua Excelência chegou, não estipulo mais do que seis semanas de trabalhos: eu tinha certeza de que poderíamos derrotar o inimigo, entretanto, não houve argumento para persuadir [os Senhores Conselheiros] a tentarem novamente algo contra o inimigo.

Tão logo terminaram [os combates] no Arraial e no Cabo de Santo Agostinho, ainda em julho de 1635, estando o restante [das tropas] do inimigo no sul de Sirinhaém (após o fracasso em Porto Calvo), continuamos perseguindo o inimigo, chegando em Paripueira e construindo aí uma fronteira entre as nossas terras e as do inimigo, defendendo esse passo (com) fortes, e de lá, embora cruzando as Alagoas, lagos e pântanos, a nossa marcha avançou por terra.

Devido à distância e ao trabalho de transportar os nossos víveres, não nos foi possível avançar com a marcha. Fomos então forçados a solicitar víveres e meios de transporte [à Companhia] para arrumarmos para as Alagoas, perseguindo o inimigo. Foi nesse momento que tudo começou a faltar. Do Recife não chegaram caras e nem representações escritas. Os Senhores [Conselheiros Políticos], saindo do conforto de suas casas e vagando pelo interior, julgando não ser perigosos, e estando nas províncias sem preocupação alguma, imediatamente sentiram o gostinho das caixas de açúcar, do pau-brasil, dos objetos dos papistas, do confisco dos bens móveis e dos engenhos, e por aí vai, de tudo o que oferecesse algum proveito.

Para isso, foram utilizadas pequenas embarcações, sem levar em consideração as necessidades da expedição às Alagoas. (...).

Com essa gente, o nosso céu escureceu. Perdemos Porto Calvo não só devido à nossa negligência, mas também devido à deslealdade dos moradores irritados. (...) – (Miranda e Xavier, 2022, p. 82-84).

Como pudemos notar, neste ponto em questão, Arciszewski nos traz uma visão clara de negligência da Companhia frente às forças de resistência, mas não só isso, uma preferência de seus membros, muitas vezes geradas por interesses próprios, da exploração do interior da capitania - esquecendo, desta forma, os que estavam a lutar pela manutenção do território.

A continuidade de seus escritos, no que se refere às transgressões e omissões, fala com uma riqueza de detalhes os conflitos com o qual esteve à frente. Contudo, frente a continuidade do tema pesquisado, devemos nos atender à corrupção, o tema abordado por Krzysztof, como “falta de virtude e roubalheira”. (Miranda; Xavier, 2022):

(...) é inaceitável para uma pessoa honesta, que se mantém dentro dos limites legais

de suas obrigações e resiste bravamente a todas as tentações que lhe aparecerem, em sua pobreza, que não se atreva a levantar a mão [para agir contra] uma outra [pessoa que] se encontre livre e, por detrás, com um sorriso nos lábios, pega como seu algo que não lhe pertence, sem fazer sacrifício algum.

(...)

Muita ladroeira permanecerá obscurecida, pois as maiores roubalheiras aconteceram em Porto Calvo, antes de o inimigo tomar aquela região de nossas mãos, assim como [ocorreu] em Camaragibe, Santo Antônio, Ipojuca, Una, Sirinhaém etc. Os moradores de outrora dessas regiões foram, em boa parte, violentamente forçados a se juntar novamente ao inimigo e levados para outros lugares. Outra parte deles, devido à sua deslealdade, nós perseguimos e assassinamos. Outros foram executados. [...]

(...) Em todas as partes, os ofendidos, seja os que moravam conosco, seja os que foram obrigados a viver com o inimigo, esperavam justiça e deveriam ser satisfeitos. Sim, até mesmo a administração da Companhia das Índias Ocidentais precisa ser purificada, para que, doravante, não continue a ser devorada até virar carniça isso tudo, na medida possível, eu aconselho o seguinte:

Primeiramente, deve ser proibido que qualquer pessoa saia daqui com destino às Províncias Unidas sem que suas contas sejam recebidas e as queixas do pessoal em terra sejam solucionadas, no máximo em três meses. E cada um será constrangido a esperar, caso a justiça assim o requeira.

Em segundo lugar, dois dos novos Alto Conselheiros que chegaram agora não devem fazer outra coisa, dia e noite, a não ser se preocupar em pressionar e urgir a todos aqueles, sem exceção de ninguém, que têm algo em suas mãos, para que apresentem suas contas, assinadas de próprio punho, o mais rápido possível, com a exceção do terceiro [conselheiro], no caso dele estar ocupado junto com Sua Excelência em alguma expedição de guerra.

Em terceiro lugar, assim que estiverem todas as contas nas mãos, essas devem ser divulgadas publicamente pelos magistrados das câmaras em todas as freguesias e distritos. Assim, aqueles que desejem inspecioná-las e expressar suas opiniões, o possam fazer para a verificação dos roubos que sofreram. – (Miranda; Xavier, 2022, p.141-143).

O trecho em questão retrata a indignação de Arciszewski frente a corrupção no Nordeste brasileiro, em que o ator internacional aborda a falta de virtude e justiça frente os conflitos presenciados na colônia, que geram o enriquecimento de membros, e a impunidade, no trecho que fala do aliciamento de criminosos para a Companhia.

Na continuidade do tema em questão, o soldado polonês enumera uma série de considerações e políticas burocráticas a serem criadas para evitar a roubalheira que ocorria sob a estadia holandesa no Brasil. Podemos citar alguns pontos citados pelo soldado, segundo Miranda e Xavier, 2022, p. 141-163:

As contas dos açúcares confiscados pela Companhia devem conter a data de quando foram confiscados; especificando [também] a quantidade, sob qual pretexto e de quem confiscaram; e essa conta deve ser exibida publicamente para que todos possam vê-la e apresentar objeções com as provas que dispuseram. (...);

O mesmo vale para os animais confiscados pela Companhia (...);

Igualmente, uma vez que assumirem o controle dos armazéns dos víveres, devem ser divulgadas publicamente as diversas contas em aberto do que fora adquirido dos vivandeiros, dos moradores e dos comerciantes livres, com preços tão altos quanto melhor lhes conviesse. (...);

Da mesma forma, aqueles que tinham em mãos os armazéns de mercadorias, quando apresentassem as contas das mercadorias que entregavam aos portugueses como pagamento pelos víveres, ou eram distribuídos pelos senhores [conselheiros] aos soldados, em tempos de necessidade extrema, também enviassem suas listas com

especificações sobre para quem as mercadorias deveriam ser entregues (...);
 (...) Aqui recebemos queixas, como por exemplo, de que uma pessoa registrada como morta por mais de um ano ainda vivia entre os nossos, prestando seus serviços por anos. O contrário também é verdade, e alguns que estavam registrados [como vivos] há nos, tinham, de fato, morrido, desertado ou foram, há muito, enforcados. Não surpreendia a ninguém, pois não havia quem solicitasse e controlasse a contagem das tropas, cada um escutando outras coisas, mais rentáveis para si do que o serviço dos senhores [conselheiros] (...);
 Igualmente, quando as listas da quantidade de mobília, de jóias, de ouro, de prata e de dinheiro que a Companhia das Índias Ocidentais ganhou de tudo o que foi confiscado ou tomado aqui, forem confeccionadas, essas listagens [devem ser] exibidas publicamente nas freguesias. Eu tenho certeza de que cada um dos moradores, motivados pela indignação, nos revelarão coisas que ainda não descobrimos. (...);
 Do mesmo modo, deve ser investigado de que forma os senhores conselheiros obtiveram dinheiro para construir suas casas, vendendo-as em seguida, para então construir uma nova; se não utilizaram muitos recursos da Companhia (...);
 Também deve ser iniciada uma investigação sobre os negros. Quantos foram recebidos aqui na conquista, quantos foram obtidos como despojos, por que foram vendidos por preços tão baixos? (...);
 Igualmente, é preciso examinar o comércio do pau-brasil e investigar todos os contratos firmados para esse fim, para descobrir se com eles também não era possível a particulares tirar somente seu proveito e seu ganho próprio. (...);
 É preciso investigar também o que uma determinada pessoa arrecadou para os Senhores Mestres, durante sua Presidência do Conselho, com o dízimo, com o peso, com os transportes de navios. (...);
 Também é preciso investigar o destino do mobiliário, de painéis, de peças de ferro dos engenhos cujos senhores foram expulsos, e que nessa situação foram depositados convenientemente em nossas mãos.

A terceira e última parte dos escritos de Arciszewski traz consigo uma série de reflexões que se somam com os temas anteriormente citados. O polonês versa sobre os prejuízos gerados pela destruição dos engenhos, mas também sobre as minas de prata que existiam no Nordeste. (Miranda; Xavier, 2022). Desta forma, cabe-nos destacar o trecho abaixo descrito pelo soldado, em Miranda e Xavier, 2022, p.163-164:

Em poucas palavras, meus senhores, podem perguntar quantos engenhos foram arruinados somente nos últimos 28 meses, quando já tínhamos conquistado a terra. Não se pode deixar de mencionar os campos de cana-de-açúcar. Quantos deles já estavam destruídos naquele tempo [e] os que estavam em seu vigor quando os conquistamos. Podem se informar com os moradores que ficaram conosco e pegaram passaportes - e não com a metade e fugiria. Nós achamos que a nação portuguesa é de natureza dura, traiçoeira e obstinada, mas também nós não demos poucas razões para isso. (...)
 Teriam quase todos fugido se não tivéssemos pegado pelo pescoço. Então, uma província rica ficaria praticamente abandonada. Os moradores de Sirinhaém, do Una, também em Pernambuco, nos pregaram a mesma peça, e esses são os lucros e o retorno de se escolher tais magistrados. Isso [tudo] agora está perdido e é hora de reparar [os erros].

4.3.2 Legado no Brasil - O papel de Arciszewski na análise eventos;

Tendo em vista tudo que fora acima afirmado, não podemos tomar como verdade que o

legado de Arciszewski fora apenas suas contribuições nos campos militares, e nem que a sua volta à Holanda representou o seu fim. Arciszewski trouxe consigo importantes reflexões sobre o Brasil-Holandês, quase que como uma espécie de diário dos acontecimentos que ocorreram nas terras brasileiras (Miranda; Xavier, 2022).

Os escritos do polonês que servem como legado do mesmo na história do Brasil holandês trazem consigo o relato de um ator individual das relações internacionais - carrega suas emoções, vivências, experiências positivas e negativas de suas passagens no nordeste brasileiro - como bem afirma Miranda e Xavier, 2022, p.51. Tais relatos podem ser divididos em três partes: “Na primeira delas, ele apresenta ‘as omissões e transgressões’ na administração da colônia. Na segunda, expõe diretamente os delitos cometidos e o enriquecimento de funcionários em detrimento da Companhia. Por fim, Arciszewski mostra como os problemas anteriores afetam as atividades militares” - Miranda e Xavier, 2022, p. 54.

Apesar de não sabermos ao certo a data exata em que Krzysztof fez cada um de seus escritos, pois o mesmo não o informou, é notável que, apesar de nunca ter recebido a devida atenção necessária, ele mexeu com a estrutura vigente que a Companhia propunha. Suas críticas trouxeram a Nassau, por exemplo, reflexões válidas que mudaram alguns rumos das políticas aplicadas, segundo Miranda e Xavier, p. 52-53:

Nassau levou adiante ou debateu algumas das recomendações de Arciszewski com seus conselheiros. Puniu funcionários corruptos e ineptos, refez a estrutura defensiva em terra, reformando fortificações, tentou mudar a forma de combater a guerrilha e apostou numa melhor relação com os moradores. [...] É interessante notar que a memória e instrução de Nassau a seus sucessores em 1644, contém certas afinidades ao texto de Arciszewski. Soluções para problemas semelhantes e persistentes em um escrito que visava instruir e advertir os novos governantes.

Em suma, a não importância dada à história e aos escritos de Arciszewski não condizem com o grau de contribuição ao se falar do Brasil-Holandês. O soldado polonês contribuiu ativamente com os relatos da ocupação neerlandesa no Nordeste Brasileiro, mas principalmente das dinâmicas presentes no período histórico estudado - deixando marcas não apenas de um funcionário dedicado, mas de alguém capaz de perceber o “quebra cabeças completo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer todas as diversas e múltiplas facetas de estudo presentes neste trabalho, buscamos não somente responder como as relações internacionais podem ser percebidas nos escritos do soldado no Brasil-Holandês, mas também criar bases para a interconexão de temas internacionais para assuntos prévios à Westphalia.

Embora os conceitos previamente tocados, nos capítulos anteriores, possam parecer heterogêneos, é possível fazermos assimilações entre os mesmos. Os teóricos da dependência, como também são conhecidos Braudel, Arrighi e Wallerstein, abordam uma perspectiva nação-sistema que pode aparentar ser algo relativo a modernidade, mas devemos nos atentar, também, para os princípios referenciais citados - Os três autores citados reconhecem a hegemonia no sistema internacional (por mais que “premature”) antes mesmo da existência de Westphalia.

Tanto as Províncias Unidas, quanto o reino Genovês (responsável pela rota da seda), são postos como exemplos práticos de tal afirmação. A Holanda é reconhecida por todos estes como um *hegemon* frente ao sistema vigente e muito se deve a sua expansão ultramarina com as suas duas empresas: Companhia das Índias Orientais, dedicada às terras do leste global; e a Companhia das Índias Ocidentais, dedicada a costa oeste africana e ao continente americano.

Destarte o que já fora previamente dito, só o fato de termos uma empresa sob jurisdição e nome de uma nação, atuando em um território terceiro já representar um marco para as Relações Internacionais. Podemos ir ainda mais além se analisarmos o contexto vivido pelos Países Baixos no território europeu, no confronto com a Espanha, ou melhor União Ibérica; pois, é plausível afirmarmos que sem os recursos tomados no Brasil o destino da Guerra dos 80 anos pudesse ter sido diferente - a invasão ao nordeste brasileiro (mas também de outras nações) teve grande participação e influência nos rumos do jovem sistema internacional.

Partindo deste pressuposto, Arciszewski, apesar de não ter nenhuma noção dos conceitos de Relações Internacionais e nem dos pensamentos Pós-Westphalianos, visto que ainda não existiam, faz uma série de relatos sobre o período em questão e, de forma associativa, é possível observarmos em seus escritos elementos “modernos”. Krzysztof, nos ajuda a evidenciar as influências da Companhia das Índias nas Províncias Unidas sob uma visão de explorador presente no próprio território do que seria considerado uma “periferia”.

Em seus escritos, o soldado polonês faz uma série de recomendações aos diretores da Companhia de forma a buscar uma maior maximização dos lucros no nordeste Brasileiro. Apesar de não saber, ao longo prazo, as consequências disto, Arciszewski nos evidencia uma

prática exploratória de uma nação de “centro” frente a outra subdesenvolvida.

Relatando os escritos aqui feitos, observamos um campo vasto para estudo das relações internacionais no período que antecede a o grande marco das relações internacionais, a Paz de Westphalia, mas também é notável destacarmos o Brasil-Holandês não é apenas um grande marco para a história brasileira, é acima de tudo um marco da história mundial. A potencialidade do assunto aqui visto deve ser explorada ainda mais pelos internacionalistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon. A Companhia das Índias Ocidentais: Uma sociedade Anônima?. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 105, p. 25-38, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/67891-Texto%20do%20artigo-89322-1-10-20131125%20(2).pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007

BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1644)**. Tradução do original, notas e prefácio de Blanche T. van Berckel-Ebeling Koning. Tradução do inglês Henry Widener. Recife: Editora Cepe, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1999.

BODIN, Jean. **Os seis livros da república**. São Paulo: Editora Ícone, 2017.

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil 1624-1654**. Tradução de Olivério M. deOliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/360/1/312%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CARTWRIGHT, Mark. Companhia das Índias Orientais. **Enciclopédia da História Mundial**, 2022. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-20958/companhia-das-indias-orientais/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CASTRO, Thales Cavalcanti. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

FRAZÃO, Dilva. Duarte Coelho. O navegador português. **E-biografia**, 04 dez 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/duarte_coelho/. Acesso em: 16 de Novembro de 2023.

GROH, T. A Restauração Pernambucana e as negociações diplomáticas nos Países Baixos.(1644-1649). do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-12. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300905265_ARQUIVO_ThiagoGroh-ANPUH.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

LOBATO, Luísa Cruz; AMIN, Mário Miguel. Estado-nação e hegemonia no século XX sob a perspectiva da teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi. **Revista de Geopolítica**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 169 - 191, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/127/127>. Acesso em: 15 set. 2023;

MARQUES, G. O Estado do Brasil na União Ibérica - Dinâmicas e políticas no Brasil no

tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope**, [S. l.], n. 27, p. 7-35, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-OEstadoDoBrasilNaUniaoIberica-2596977.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês**. São Paulo: Editora Penguin-Companhia, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste**. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks editora e distribuidora de livros, 2007.

MENDES, Gilmar de Melo. **Ciclos hegemônicos: fatores de estabilidade, transição e inflexões históricas**. [S. l.]: Fundação Gestão Pública, 2020. Disponível em: <https://encr.pw/Tx7iR>. Acesso: 11 set. 2023;

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; e XAVIER, Lucia Furquim Werneck. **As Memórias de Krzysztof Arciszewski: um polonês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil**. Recife: CEPE, 2022.

MORAIS, Isabel Nogueira de. O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana. *Textos de Economia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa02/Isabela_Nogueira.pdf. Acesso em: 9 set. 2023;

PÉREZ, José Manuel Santos. PIET (PIETER) HEYN /HEIJN (PIETERSZOOM HEIN). **BRASILHISdatabase**, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/1845>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RIBEIRO, Guilherme. Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço: o conceito de geohistória em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966). **Confins**, [S. l.], n. 21, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9654>. Acesso em: 11 set. 2023.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Leonardo Dantas. **Holandeses em Pernambuco 1630-1654**. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Caleidoscópio, 2011.

TEIXEIRA FILHO, Francisco Luciano. Representação, soberania e governo em Thomas Hobbes. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 46, n. 1, p. 93-110, Jan./Mar., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/CgQqVcvSY8G8SMDx5Z4RnCc/?lang=pt#>. Acesso em: 17 de set. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. A world-system perspective on the social sciences. **The British Journal of Sociology**, [S. l.], v.27, n. 3, p.343-352, 1976. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/589620>. Acesso em 10 de set. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. *In*: GIDDENS, Anthony; Turner, Jonathan (org.). “**Teoria Social Hoje**”. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. Disponível em: <https://felipemaiasilva.files.wordpress.com/2017/08/giddens-turner-orgs-teoria-social-hoje.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023;

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge: Editora Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy**. Oakland: Editora University of California Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui?. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 21, p. 15-26, jul. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/51014/55082>. Acesso em: 16 de set. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: a agricultura e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Editora: Afrontamentos, 1974. v. 1.